

Clipping Diário

TJPI



13.07.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	13.07.2018	02	-

DECISÃO

Validade de concurso para servidores do Tribunal de Justiça é prorrogado por dois anos

Maria Clara Estrela
Repórter

O concurso do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ PI), realizado em 2015, terá sua validade prorrogada por mais dois anos. Anunciada ontem (12), a decisão da presidência do TJ atende ao ofício encaminhado pela Associação dos Magistrados do Piauí (Amapi) no mês passado.

Com a prorrogação da validade do concurso, o TJ visa cumprir a resolução 219/2016

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que versa sobre a distribuição e movimentação de servidores nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, de acordo com a quantidade de processos.

A resolução prevê que os tribunais devem elaborar estudos com vistas à eventual redistribuição de cargos entre primeiros e segundo graus. Ela prevê também que os TJ's devem encaminhar ao CNJ, no prazo de 120 dias, os estudos realizados, acompanha-

Medida atende resolução do CNJ sobre distribuição de servidores nos órgãos de 1º grau do Poder Judiciário

dos dos respectivos planos de ação e cronogramas para cumprimento da resolução. A

distribuição dos servidores de cargos em comissão e de função de confiança, tem que ser, ainda, revista pelos tribunais, no máximo a cada dois anos, a fim de que sejam promovidas as devidas adequações.

“É uma posição necessária e oportuna, uma vez que, assim, ao Tribunal de Justiça do Piauí será possibilitada a disponibilização de cadastro de aprovados para reposição de servidores em seus quadros”, assinala Thiago Brandão, presidente da Amapi.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	13.07.2018	-	-

Tribunal de Justiça do PI prorroga concurso para servidores efetivos

A Associação dos Magistrados Piauienses (Amapi) solicitou e o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) decidiu prorrogar, por mais dois anos, a validade do concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores efetivos do Poder Judiciário, na forma do Edital nº 01/2015. A decisão é do desembargador José James Gomes Pereira, presidente em exercício do Tribunal de Justiça. Desse modo, o concurso será prorrogado a partir do dia 19 de julho deste ano – considerando-se que a homologação do certame foi feita no dia 19 de julho de 2016.

No ofício encaminhado pela Amapi ao TJ, a Associação lembra que o Tribunal de Justiça comprometeu-se a tomar providências internas para aplicação da Resolução 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça. Tal Resolução trata sobre a distribuição e movimentação de servidores nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e de segundo graus, de acordo com a quantidade de processos. O presidente da Amapi, Thiago Brandão, comemora a decisão da Corte. “É uma posição necessária e oportuna, uma vez que, assim, ao Tribunal de Justiça do Piauí será possibilitada a disponibilização de cadastro de aprovados para reposição de servidores em seus quadros”, assinala Thiago Brandão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	13.07.2018	-	-

Mulheres realizam ato em frente ao Tribunal de Justiça do Piauí

O ato foi uma forma de chamar atenção do Judiciário para os casos de violência contra a mulher.



DÉBORA DAYLLIN
TERESINA



BRUNNO SUÊNIO
TERESINA

12/07/2018 16h13 - atualizado 16h13



Pintura no chão remete ao sangue derramado pelas mulheres assassinadas

A Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio realizou na manhã desta quinta-feira (12), um ato contra os casos de crimes contra a mulher no Piauí, diante do prédio do Tribunal de Justiça do estado e do Fórum Cível e Criminal.

Maria Madalena Nunes, coordenadora da Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio, relatou que o ato em frente ao fórum criminal e ao Tribunal de Justiça foi uma forma de chamar atenção do Judiciário para os casos de violência contra a mulher. "Vimos para a frente do fórum criminal e do Tribunal de Justiça exatamente para denunciar a morosidade e o descaso que o judiciário tem tido nos casos de violência contra as mulheres. As mulheres denunciam nas delegacias, não são atendidas, no judiciário os processos ficam parados. O próprio judiciário assumiu publicamente que há dois anos não julga um processo de feminicídio", ressaltou.

A coordenadora usou como exemplo da impunidade, o caso da estudante Camilla Abreu. "A gente vê, por exemplo, o caso da Ioni Sousa, que foi uma militante, feminista, da luta, foi assassinada há 5 anos o inquérito nunca foi concluído. Recente tem também o caso do comandante que matou a Camilla continua recebendo seu salário, continua sendo mantido as nossas custas, sem nenhuma punição. Isso são só exemplos, mas todos os casos das mulheres que procuram a frente denunciando o estado, dizem que não são atendidas, são assediadas, denunciam, voltam para casa e continuam sendo violentadas e muitas vezes sendo assassinadas, como ocorreu com a Aretha Dantas. E é pelas armas do Estado, seu silêncio e omissão que essas mulheres estão sendo mortas. Então é isso que a gente está protestando aqui", relatou.

Maria Madalena ainda acrescentou que o movimento vai entregar uma carta ao presidente do Tribunal de Justiça e ao diretor do Fórum solicitando um diálogo sobre a causa. "Nós vamos entregar uma carta tanto ao TJ, quanto ao diretor do Fórum e o presidente pedindo esse momento para conversar com os movimentos, porque a gente deixou no Karnak e até hoje não fomos chamados para conversar", criticou.

"Muitas mulheres estão sendo mortas e além de mortas é utilizado um recurso que se chama de 'requite de crueldade'. Não basta matar, eu tenho que matar e humilhar ainda o corpo, matar novamente a alma. E é isso que a gente diz que as mulheres estão sendo mortas por serem mulheres, não existe outro motivo. É pelo machismo que o Estado alimenta e pela omissão do Estado", finalizou.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	13.07.2018	-	-

Frente Popular contra o Femicídio é recebida no TJ-PI

Elas relataram as principais dificuldades em relação ao tema e cobraram ações efetivas do Judiciário.

12/07/2018 17h39

O desembargador José James, Presidente em Exercício do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) e Coordenador da Coordenadoria da Mulher, recebeu na manhã desta quinta-feira (12), a Frente Popular de Mulheres contra o Femicídio.

Durante a reunião, as integrantes do grupo entregaram uma carta ao Presidente em Exercício, Desembargador José James, solicitando providências urgentes no sentido de minimizar esta problemática.

Elas relataram as principais dificuldades em relação ao tema e cobraram ações efetivas do Judiciário, bem como a integração dos demais órgãos de Justiça, para que os crimes de feminicídio não fiquem sem julgamento.

Foto: Divulgação/Ascom



Após ouvir atentamente as colocações, o Desembargador José James disse que lamentava muito a situação apresentada, esclareceu algumas informações e se comprometeu a, como representante do Judiciário e Coordenador da Coordenadoria da Mulher do TJ-PI, debater a questão, para que alternativas possam ser implementadas.

"O Tribunal tem trabalhado no sentido de viabilizar a criação de mais uma Vara específica para julgar os crimes contra a mulher. O anteprojeto será enviado à Assembleia. Outra medida que já vem adotada pelo TJ-PI é a realização dos mutirões dentro da Semana da Justiça Pela Paz em Casa (SJPPC), que agora em agosto chegará à sua 11ª edição. Com estes mutirões, idealizados pelo CNJ, o Tribunal julga estes processos de violência contra a mulher de forma mais célere. Nas 10 edições iniciais, já são 3.079 audiências realizadas sobre a matéria em Teresina e nas Comarcas do interior", afirma o Desembargador José James.

A Assistente Social da Coordenadoria da Mulher TJ-PI, Leina Mônica, explicou que durante a SJPPC, juizes são convocados para atuar conjuntamente realizando audiências e julgando processos dos Juizados de Teresina. Além disso, a Coordenadoria da Mulher e os núcleos multidisciplinares de Teresina, Parnaíba e Picos, desenvolvem várias ações educativas sobre a temática.

"Nesta 11ª Semana já estão agendadas mais de 700 audiências, bem como a realização de pelo menos 2 Júris Populares. Faremos visitas técnicas a todos os juizados especiais de Teresina para difundirmos a importância da proteção à mulher. Estaremos lançando o programa Conta Comigo, que vai permitir que uma profissional de beleza, ao ouvir relato de violência doméstica sofrida por uma cliente, possa ter a opção de orientar sobre os órgãos competentes para o caso. Vamos, ainda, capacitar alunos de saúde do Premem Sul em Teresina e Oficiais de Justiça e servidores em Parnaíba para que também possam agir de forma eficiente diante de tais situações. E também vamos iniciar em Picos o Projeto Reeducar, que vai permitir que agressores de mulheres possam ser sensibilizados e, a partir de então, possam também aderir ao combate de todas as formas de violência. Com essas ações, o Judiciário demonstra que não tem medido esforços para que este mal seja minimizado e que a prestação da Justiça seja rápida e eficiente", destacou Leina Mônica.

Finalizando, José James disse que os recentes números divulgados pelo CNJ sobre julgamentos de feminicídio no TJ-PI estavam equivocados, pois estão sendo julgados os referidos crimes e que estão sendo adotadas medidas sobre a correção dos mesmos.